

Uma vitória moral e política

JOSÉ DIRCEU

Nos últimos meses, assistimos a um verdadeiro mea-culpa dos organismos internacionais, particularmente do FMI e do Bird, reconhecendo que o chamado "Consenso de Washington" ou "neoliberalismo" aumentou a exclusão social, o desemprego e mesmo a miséria no mundo. Reconhecem que o processo de globalização e a supremacia do capital financeiro são insustentáveis a médio prazo com os atuais índices sociais na maioria dos países do mundo. Se para termos uma idéia da gravidade da situação, três bilhões de seres humanos vivem abaixo da linha da pobreza e 102 países estão mais pobres hoje do que há 15 anos. Temos 720 milhões de analfabetos no mundo e 1,5 bilhão dos nossos irmãos (não têm acesso a um bem elementar como a água. Todo um continente, a África, está submetido à fome, à doença e à guerra.

Vários mitos ideológicos criados pelo "Consenso de Washington" estão desmoralizados, começando pela chamada abertura econômica e as exportações, junto com as privatizações e a desregulamentação, como condições para o desenvolvimento econômico de nossos países. Depois de duas décadas, chegam à conclusão de que as privatizações e a abertura econômica levaram a um impasse, particularmente em nossas contas externas, e não há nada que comprove (pelo contrário) que os investimentos estrangeiros e as exportações de *per se* trazem crescimento ou ganhos tecnológicos.

No Brasil, a direita e o próprio partido do Governo, o PSDB, reconhecem que o modelo e os acordos com o FMI não podem ser levados à prática e que é preciso rever suas metas para viabilizar o crescimento e investimentos sociais. Hoje, os próprios empresários fazem um balanço negativo da abertura e da desnacionalização de nossa economia. As privatizações são condenadas por mais de 70% da sociedade e 60% são contra a privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (pesquisa revista "Época", 4/10/99). Até grandes empresários, como Antônio Ermírio de Moraes e Edson Vaz Musa, têm críticas ao processo de desnacionalização e à abertura. Todos têm consciência de que o país não suportará o atual processo de remessa de lucros ao exterior (7,2 bilhões de dólares em 98, contra 2,4 bilhões em 94) e protestam afirmando que o empresário nacional não tem acesso a créditos para investimentos, tendo o BNDES se transformado em financiador das privatizações e das multinacionais.

Em 1998, mais de 74% dos investimentos externos foram feitos exclusivamente para compra de empresas já existentes no Brasil (159 empresas nacionais foram compradas em 98, contra 38 em 90), que, geralmente, geram desemprego ou fechamento de unidades produtivas, ou seja, fusões nas áreas de serviços, telecomunicações e finanças, setores que produzem serviços ou produtos para nosso mercado interno.

A América Latina, quase sem exceção, está em recessão, nossas dívidas externa e interna cresceram, aumentou nosso déficit público interno e em nossas contas correntes, o desemprego tem crescido, o mesmo acontecendo com a exclusão social e a violência.

O mais grave para os ideólogos da supremacia da liberdade dos capitais é que os países que não seguiram o receituário "neoliberal" estão em melhores condições econômicas e sociais do que a média dos países que, como o Brasil, foram fiéis discípulos do FMI. Basta olhar para a China, a Malásia e a Índia.

Fica claro que, sem uma radical distribuição de renda capaz de consolidar um amplo mercado interno, sem uma verdadeira revolução tecnológica e educacional e um Estado capaz de impulsionar um projeto de desenvolvimento nacional, não haverá saída para o nosso Brasil.

Esta é nossa maior vitória moral e política desde o fim da ditadura militar. Tem um significado histórico. É a queda do muro ideológico levantado pelo "neoliberalismo" e pelo "Consenso de Washington". Ela indica que a maioria da sociedade rejeita este modelo e quer um novo Governo e, principalmente, uma nova economia e novos valores éticos e políticos.